



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais

(In)justiça social e ruralidades em tempos de emergências climáticas



Síntese do Grupo de Trabalho 12 - Experiências agroecológicas em perspectiva: contextos, atores e estratégias

Realização



Apoio



SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL





1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º
ENCONTRO
da Rede
de Estudos
Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Síntese do Grupo de Trabalho 12 - Experiências agroecológicas em perspectiva: contextos, atores e estratégias

Coordenação:
Luís Antonio Barone (Unesp/UNIARA)
Alfio Brandenburg (UFPR)

O eixo central do GT está focado na discussão dos contextos, dos atores/agências e das estratégias que mobilizam a ecologização e/ou transição agroecológica, elementos que os trabalhos aprovados discutem a partir de diferentes enfoques. Em que pese a óbvia diversidade de abordagens, a intersecção comum nos trabalhos está mesmo, conforme apontado na ementa, na produção de cultivares “limpos” de agroquímicos, no mais das vezes (re)valorizando conhecimentos comunitários tradicionais e também incentivando mercados/estratégias agroalimentares locais, redefinindo a relação produção-consumo – sendo esta mediada ou não por circuitos comerciais.

Temos, a partir dos estudos apresentados, uma variedade de contextos para essa produção, bem como distintas estratégias de agenciamento e diferentes agentes se mobilizando em torno desta questão. Desta forma, também, fica evidente o indicado na ementa: que as (agro)ecologias - ou experiências de transição agroecológica – tematizadas nos estudos conformam um campo social específico, com múltiplas interfaces com outros aspectos da vida social e o meio ambiente.

Do ponto de vista de linhas de investigação, as interfaces evidenciadas são, por si só, importantes na organização do diálogo que esta síntese busca. Estas situam-se nos temas das políticas públicas com diferentes aportes de análise, desde a institucionalização da agroecologia (e agriculturas orgânicas) em distintos contextos nacionais (Brasil, Itália e Moçambique), passando pelas agências de extensão rural e todas as dificuldades/fragilidades dessa ação institucional. As emergentes questões da gestão da água (convívio com a seca e a “produção” de água) e estratégias de resiliência frente às mudanças climáticas, também são contempladas - ainda que tangencialmente. Por outro



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



lado, a temática da reforma agrária/assentados rurais está bastante presente, seja como contexto ou como sujeitos mobilizados no desenvolvimento da agroecologia.

Nesse aspecto, destaca-se, também, o protagonismo feminino na construção de estratégias de viabilização das experiências. Além disso, o enfoque sobre distintas territorialidades (espaços como quilombos, sítios urbanos e assentamentos, assim como diferentes regiões e biomas) é particularmente instigante e profícuo para o debate. Por fim, a articulação, mais ou menos delineada, de redes e circuitos que integram agentes que se dedicam à produção, mediação e distribuição/comercialização no âmbito dos cultivos (agro)ecológicos também se faz presente, o que oportuniza o levantamento de várias questões para o GT.

Uma diversidade de metodologias e métodos de pesquisa orientam a análise das questões nos trabalhos apresentados. Assim, temos trabalhos com tratamentos teórico-metodológicos mais bem elaborados, até os trabalhos de ordem mais descritiva. Decorre daí que uma articulação entre teoria e empiria resulta em análises mais aprofundadas dos temas envolvendo abordagens clássicas das ciências sociais e dos processos de ecologização. Situam-se entre essas abordagens; pesquisa-ação, ação social, métodos comparativos, decolonialidade, contra-colonialidade, metodologias participativas, raça gênero e interseccionalidade; técnicas de pesquisa como bola de neve, entrevistas e observação participante. Trabalhos de cunho teórico, de revisão bibliográfica e ensaios enriquecem as discussões dos processos de ecologização.

Feito esse breve levantamento das características dos textos, algumas das questões tratadas podem ser indicadas em colocações dos trabalhos, outras são derivadas dos estudos apresentados, mesmo sem observarmos uma menção direta ou explícita neles. Tais questões passam a ser a bússola desta síntese e buscam reunir algumas problemáticas que perpassam por todos os trabalhos aprovados no GT.

A primeira questão (ou conjunto de questões) refere-se à atuação de mediadores na promoção das experiências descritas. Trata-se de uma problemática multidimensional, que perpassa vários estudos. A implantação de experimentos agroecológicos formatados – isto é, com assessoria técnica profissional – parece vivenciar situações de maior adesão/interesse quando tais agentes mediadores estão em campo (muitas vezes, a atuação técnica pressupõe, também, tecnologias sociais e/ou estratégias de mobilização). O que resta, no entanto, quando essa mediação cessa sua presença nos territórios parece lançar esses experimentos numa grande instabilidade.



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Como manter a “chama” do interesse e mobilização agroecológicos viva após o encerramento do “projeto”? Ou, acrescentando, como andam as autonomias dos sujeitos (agro)ecológicos, frente aos contextos locais/regionais convencionais – por assim dizer – e às suas capacidades organizativas? A manutenção de redes comunitárias e organizações de âmbito maior (em termos de escala e representação) está dando conta?

Outra dimensão dessa questão está relacionada às distintas racionalidades envolvidas no necessário – e defendido – “diálogo de saberes”. A consciência das assimetrias sociais muitas vezes não atinge a relação agente técnico-agricultor, relação muitas vezes idealizada/romantizada mas pouco submetida ao crivo do que Bourdieu (2003) define como “reflexividade”.

Mesmo os projetos mais elaborados do ponto de vista das pautas progressistas muitas vezes não conseguem escapar de uma postura impositiva, gerando tensões e conflitos (os primeiros menos perceptíveis, mas prenunciadores dos segundos) nos relacionamentos de gestão dos projetos. A saída das instituições técnicas aponta para uma forte crise na gestão dos experimentos? A presença dos mediadores acaba por reproduzir a lógica do “discurso competente” (CHAUI, 2000)? A proposta teórica decolonial e dialógica se reflete em posturas correspondentes ou a rigidez da formação técnica/acadêmica acaba por sobressair – o que encaminha o processo para situações críticas?

De que forma os saberes ancestrais marginalizados pelas abordagens convencionais verticalizadas passam a ser incorporadas nas práticas agroecológicas? A postura dos mediadores tem levado a um diálogo de saberes, no sentido que entende LEFF (2003) ou a uma hibridação de saberes (SANTOS, 2010) Ou, mais uma vez, as narrativas teóricas acabam ocultando procedimentos práticos? Até que ponto os saberes ancestrais, que situam-se na base de construção de ecologias emergentes, se diferenciam de outras ecologias de caráter normativo e portanto alternativas?

Nesse meio, em que agências públicas e ONG trafegam, destaca-se, justamente, as instituições de ensino superior que, por diferentes caminhos, têm estimulado e monitorado esses contextos e projetos. E nelas, os NEA ganham uma importância estratégica. Como avalia-los? O que têm produzido em termos de metodologias e tecnologias sociais? Isso tem sido suficiente?

Considerando a noção de ecologia na agricultura, ou agroecologia, qual a concepção que emerge dos diversos atores que formulam projetos ecológicos? Quais dimensões se conjugam além das costumeiras práticas agrícolas, que são analisadas a



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



partir das abordagens de transições ecológicas? Os trabalhos apresentados no grupo trazem dimensões que vão muito além de práticas de produção: produção e comercialização; produção e autoconsumo; gênero, autonomia; empoderamento; solidariedade; cuidado; gestão e tempo; questão ambiental. O que isso significa: estamos diante da necessidade de novas abordagens metodológicas? Isso reforça o campo de luta, ou a formulação de um projeto ecológico que se diferencia e tensiona o projeto da agricultura industrial fomentado pelo agronegócio?

A singularidade de projetos agroecológicos, ao se reapropriar da natureza, constrói uma racionalidade cujo conteúdo aponta para um projeto alternativo? Ou a agroecologia corre o risco de ser subsumida pelo capital - como já se observa com a apropriação dos pressupostos da agroecologia pelas empresas ou grupos de capital? A convencionalização da agricultura ecológica é o destino dos processos de transição agroecológica?

Outro conjunto de questões está relacionado à problemática das políticas públicas de apoio à transição agroecológica e projetos comunitários. O Poder Público é agente fundamental nesse contexto, mas tem incidência irregular ou claudicante – quando não simplesmente ausente. Investimentos e regulações são (ou podem ser) ativados em prol dessas alternativas, além de agências públicas que têm potencial de colaborar nos mais diferentes projetos. O desmantelamento recente das políticas de apoio à produção alimentar e transição ecológica - nos governos anteriores a esse - afetaram sobremaneira o processo de ecologização. Mas em quais situações os grupos organizados se sustentaram e se mantiveram?

Quais são as capacidades estatais potenciais na mobilização da transição agroecológica? Quais os incentivos e bloqueios a essa atuação? Como políticas públicas (normas, financiamentos, assistência técnica) chegam e/ou são recepcionadas pelas comunidades?

Outra faceta dessa problemática é a sua dimensão escalar. Iniciativas de governos centrais ou federais têm correspondência nos poderes públicas locais? Que tipo de apoio o poder local oferece às comunidades em transição agroecológica? Quais as diferenças entre regiões no encaminhamento de programas de transição? Os agentes de assistência técnica e social (ATES) oficiais estão qualificados para atuar em consonância com os princípios da agroecologia?

Um terceiro bloco de questões refere-se à temática de gênero e das territorialidades. Se as mulheres são importantes no encaminhamento de cultivares “saudáveis”, que tipo de apoio oficial elas recebem? As políticas públicas de incentivo à



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



agroecologia atuam no sentido de fortalecer o protagonismo feminino e romper com legados patriarcais e posturas machistas? A “invisibilidade” do trabalho feminino está sendo desvelada em função de projetos e estratégias ligadas à agroecologia? É possível distinguir a atuação das mulheres nos territórios tradicionais e assentamentos? As organizações de mulheres estão sendo priorizadas e protagonistas?

No espaço reprodutivo, as mulheres têm que arcar com um trabalho extra, sobretudo em função de determinantes culturais. Quais os rebatimentos dessa (re)valorização de cultivares tradicionais e “limpos” na divisão sexual do trabalho, sobretudo no âmbito doméstico? O desenvolvimento de projetos agroecológicos mais libera tempo livre para a mulher ou significa um sobretrabalho - no sentido de mais tarefas a serem realizadas?

Em relação às territorialidades, percebe-se que existem espaços mais propensos (ou privilegiados) para uma percepção mais “ecológica”: sobretudo comunidades tradicionais (como quilombolas e, eventualmente, indígenas) e assentados da reforma agrária. Os programas oficiais têm alcançado efetivamente esses grupos ou trata-se apenas de microprojetos? No caso dos projetos de assentamentos, há uma clareza dos aspectos mais políticos da agroecologia ou temos mais uma agricultura deficiente em insumos industriais (caros)? É possível identificar ecologias emergentes, diferentes daquelas de caráter normativo que são propaladas por ONGs e entidades de assistência técnica? Quais as tensões decorrentes das ecologias praticadas nos territórios tradicionais, ancoradas na sabedoria ancestral, e dos modelos propostos por assessorias técnicas? A transição ecológica está sendo considerada seriamente ou temos projetos impostos a partir de perspectivas mais acadêmicas?

Por fim, a articulação de redes espacializadas e especializadas: territórios e meios técnicos estão se conectando de forma duradoura? A inserção desses produtos, para além do autoconsumo, tem impactado mercados locais? Coalizões sociais são importantes para que haja mais sucesso e disseminação de práticas alternativas. Essas coalizões estão se formando nos territórios? O rural e o urbano se conectam de forma a partir das propostas agroecológicas? No que concerne às redes agroalimentares, considerando as alternativas, as híbridas e as convencionais (ligadas a grupos da agroindústria), qual o impacto socioambiental dessas diferentes redes? Há diferenças em termos da reestruturação das redes locais? As redes híbridas, que se estruturam em termos de uma articulação das redes alternativas e convencionais, com seu pragmatismo tendem a beneficiar os agricultores em que sentido?



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Neste sentido, as periferias urbanas são estratégicas e – como visto – contam com iniciativas de transição agroecológica. Como esses projetos impactam o contexto vulnerável dessas populações? Como essas estratégias podem alterar aspectos de injustiça ambiental dessas áreas destituídas de infraestrutura – inclusive de forma a reverter essa situação?

A partir desse conjunto de questionamentos essa síntese propõe a realização dos debates do GT em até três momentos. Para tanto, três blocos - ou subtemáticas de “entrada”- podem ser apresentados: O primeiro, tratando mais diretamente dos contextos/territórios dos estudos apresentados; neste, podem ser discutidas a influência e a articulação dos meios geográficos e socioambientais, as agroecologias, no desenvolvimento das ações estudadas (rural-urbano, territórios tradicionais, espaços nacionais, regionais e locais).

O segundo bloco atende à mobilização dos atores, com suas distintas racionalidades e programas. O Poder público enquanto protagonista (ou não), as organizações de agricultores e de mediadores, as mulheres (organizadas ou não), as próprias comunidades, o diálogo de saberes e a universidade/IES podem ser tematizadas. A existência de óbvias interfaces com o bloco anterior não é desconsiderada, mas as identidades e as intencionalidades podem ser mais diretamente discutidas aqui, bem como os protagonismos e subalternidades dos quais os trabalhos tratam.

Por fim, o terceiro bloco - ou temática de “entrada” - busca discutir as estratégias e metodologias dos diferentes grupos sociais em questão. Embora reconheçamos que as políticas públicas são transversais a esses conjuntos, propõe-se especial destaque a elas neste bloco. As estratégias e metodologias referem-se, também, às redes, às abordagens teóricas de análise e intervenção e às resistências e bloqueios. Esta sugestão procura, acima de tudo, dar maior fluidez e clareza aos debates, podendo ser acrescida de colocações do próprio coletivo do GT nos momentos da sua reunião.



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Referências:

BOURDIEU, P. A miséria do mundo. São Paulo, Vozes, 2003.

CHAUI, M. S. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. In: Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 2000.

LEFF, Enrique. Racionalidad ambiental y diálogo de saberes: sentidos y senderos de un futuro sustentable IN: Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 7, p. 13-40, jan./jun. 2003. Editora UFPR

SANTOS, Boaventura de Souza. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010